Revelações etimológicas: a palavra como veículo de preconceitos *Etymological revelations: the word as a vehicle of prejudice* *Revelaciones etimológicas: la palabra como vehículo de prejuicios*

O surgimento de certos vocábulos é um fenômeno que pode revelar as reais motivações dos usuários de um idioma. Daí ser possível entender que elas não são isentas de ideologias: sua existência está intimamente comprometida com formas de dominação, preconceitos e intenções legitimadas pelas conjunturas socioculturais de grupos, épocas e lugares distintos. Os pretextos que transformam concepções em palavras nascem para atender à comunicação, mas deixam marcas significativas das relações humanas.

The sprouting of certain words is a phenomenon that can disclose real motivations of language users. Therefore it is possible to understand that they are not exempted of ideologies. Their existence is intimately committed in the dominance forms, preconceptions and intentions legitimated by the social and cultural conjunctures of groups, times and different places. The excuses that transform conceptions in words are born to assist the communications, but they leave significant marks of the human relationship.

La apariencia de ciertas palabras es un fenómeno que puede revelar las motivaciones reales de los usuarios de un idioma. Entonces es posible comprender que ellas no se exenten de ideologías. Su existencia es intimamente comprometido con los formularios de la dominación, los prejuicios e intenciones legitimadas por las coyunturas socio culturales de grupos, tiempos y lugares diferentes. Las excusas que transforman las concepciones en las palabras nacen para ayudar la comunicación, pero ellas dejan marcas significantes de las relaciones humanas.

Palavras-chave: etimologia, palavra, idioma, ideologia, preconceito.

Autor:

Prof. Dilson Palha Taveira

Professor Adjunto de Português da Universidade Estácio de Sá. Mestre em Educação (UERJ). E-mail: dilsonsotaveira@ig.com.br

Introdução

Entre todos os códigos de comunicação conhecidos, os idiomas são, decerto, as formas mais complexas e ricas de tradução das várias razões e motivações que os seres humanos têm para se manifestar. As palavras, normalmente, nascem da necessidade de verbalizarmos nossas emoções, ações, sentidos, idéias, desejos, intenções, sentimentos, compulsões etc. A língua, muitas vezes, é o que somos – nosso retrato sem retoques. Assim, virtudes e defeitos se revelam e se alternam pelos signos verbais. Por mais que a exposição seja velada, a camuflagem tende a não resistir às evidências que a língua é capaz de produzir no discurso. Nosso poder de disfarce tem o costume de apelar para os eufemismos que nem sempre logram sucesso na tentativa da dissimulação: a urdidura pode sucumbir tão logo uma frase, uma palavra, um monossílabo se nos escapem inadvertidamente da boca.

Enquanto isso na decodificação, há sempre o perigo dos duplos sentidos que, às vezes, fogem do domínio do emissor, como ensina Jakobson, 1970: “Para o receptor a mensagem apresenta grande número de ambigüidades onde não havia qualquer equívoco para o emissor.” (p.81). Pressupõe-se assim que usar um idioma sem o adequado conhecimento dos seus étimos constitutivos pode causar desvios de comunicação.

Se “conhecer uma língua é poder tomar contato com o pensamento dos outros” (p.18) Terra, 1997, estudar as nuances etimológicas de certos vocábulos é tentar penetrar no âmago das questões psicológicas e sociolinguísticas de um povo.

Essas conjecturas decorrem da nossa observação quanto a termos que carregam marcas inconfundíveis dos verdadeiros pretextos que motivaram seus surgimentos. À luz dos registros etimológicos feitos por lexicógrafos, alguns vocábulos se tornaram janelas da alma de gente que os concebeu, e são assim fontes ricas para a identificação dos reais motivos que os fizeram surgir. O topônimo mais significativo para nós brasileiros nasceu da necessidade de os colonizadores e exploradores europeus nomearem as terras que ocuparam a oeste do Oceano Atlântico. Apesar de oficialmente batizada, a princípio, como Ilha de Vera Cruz, depois Terra Santa Cruz, foi o produto que alimentou o primeiro filão cobiçado pela Coroa Portuguesa do século XVI – a Ibirapitanga – que serviu para dar nome ao país que nascia. A árvore já era conhecida dos navegadores da época, e os portugueses consideravam-na justificativa econômica ideal para investimentos na construção naval.

Pela coloração avermelhada de seu caule, era denominada Pau-Brasil, do germânico brasa ou “do francês ‘brésil’, alteração do italiano ‘verzino’, como os italianos chamavam originalmente a madeira encontrada no nosso território”. Silva, 1997(p.47). Assim atropelando a denominação oficial, a terra ocupada desde 22 de abril de 1500 entrou para a maioridade histórica com o nome de Brasil. Contrariamente aos interesses religiosos e políticos de Portugal, os usuários da língua preferiram a analogia ao cumprimento da recomendação oficial. Consagrou-se o substantivo próprio Brasil. Se o nome do nosso país surgiu pelas vias extra-oficiais, de cunho popular, não é exagerado afirmar que trata-se de um processo semelhante ao que acontece com os pseudônimos. O país que se delineava logo abaixo do equador, na América do Sul, estava sendo, na verdade, apelidado. A aplicação desse designativo em nada o depreciava pois, para a conjuntura internacional, o motivo para o batismo era sinal de perspectiva de riqueza, logo de sentido valorativo. Gênese parecida ocorreu com os

nomes de alguns poucos países como foi o caso da Argentina, em cujo território encontravam-se grandes jazidas de prata (do latim "argenteum" = prata).

Carga preconceituosa em certos vocábulos e suas revelações discriminatórias.

Neste ensaio, contudo, pretende-se abordar a ligação íntima de étimos com fatos sociais contaminados da ideologia predominante entre os usuários da língua. Partimos do pressuposto de que eles mostram as marcas de uma época, de uma religião, de um país ou, às vezes, de uma comunidade lingüística inteira, através da adoção de certas palavras que, usadas em larga escala, nem sempre advertem os falantes comuns das raízes preconceituosas de que são originárias. A própria palavra PRECONCEITO, que é tantas vezes usada para caracterizar a atitude de se antecipar um julgamento sem a adequada análise e a conseqüente isenção, é um bom exemplo de como os vocábulos sofrem alterações do nascimento ao uso contemporâneo.

Vem do latim PRAECONCEPTU, segundo Silva, 1997, (p.211) e Nascentes, 1943, (p.433); ou teria surgido no século XVII, "calcado no francês PRECONÇU", segundo Cunha, 1997, (p.629). Como primeira acepção, todos os dicionaristas admitem o sentido de conceito antecipado ao conhecimento dos fatos. Com o passar do tempo, adquiriu significados específicos que se impregnaram de conotações indicativas de distanciamento, antipatia, diferença, desaprovação, hostilidade, separação, aversão e outros sentimentos antagônicos ligados, principalmente, a religiões, ideologias, etnias e hábitos culturais.

Uma consulta rápida a dicionário pode nos mostrar um bom exemplo: MULATO [do espanhol mulato < mulo, por ser mestiço. Filho de pai branco e mãe preta ou vice-versa.] MULO [do latim mulu.], animal mamífero, resultante do cruzamento de jumento com égua ou de cavalo com jumenta", Ferreira, Novo Dicionário Aurélio- século XXI, 2001, mulo e sufixo ato; para o mestiço humano, houve comparações com o híbrido animal." (p.206, v 3.). Essa correlação aplica-se à tentativa de explicar que em determinada época, ainda em solo europeu, a miscegenação de etnias branca (cristã) e moura (muçulmana) dera frutos polêmicos que suscitaram comparações ao que acontecia com as alimárias. Entre nós, no Brasil, com o convívio de negros e brancos no advento da escravidão, a mestiçagem tornou o vocábulo modelo próprio para caracterizar o indivíduo pardo, nascido das relações consideradas preconceituosamente bastardas. Por outro lado, saudavelmente, bem a gosto da nossa índole, com o passar do tempo, perdeu-se o verdadeiro juízo coletivo que se fazia do emprego da palavra na ocasião do seu aparecimento. Dessa forma, passamos a usá-las com tal ingenuidade e docilidade, que a palavra transita em discursos de enaltecimento como, por exemplo, quando nos referimos ao "show" de mulatas das escolas de samba que representam e dignificam o povo brasileiro no exterior.

Ainda pelo caminho do preconceito, observamos o verbete SINISTRO em Ferreira, 1999 "[do latim 'sinistru' por via erudita] adj. 1. esquerdo. 2. que é de mau agouro; fúnebre, funesto. 3. de má índole..." (p.1862) Do indivíduo que possui o seu comando da habilidade motora desenvolvida à esquerda do seu corpo, diz-se sinistro; contudo, paralelamente, vem prevalecendo entre nós a significação pejorativa daquilo que é ruim, perdendo-se o sentido primeiro. Alternativamente, o adjetivo tem sido empregado como excêntrico, estranho, curioso, interessante e até espetacular ou fenomenal. Hoje isso pode representar, pelo menos nestes tempos de reviravoltas, a contraposição daquilo

que ainda é praticado como eufemismo na boca das pessoas supersticiosas, pois temem pronunciar nomes como demônio, diabo, Lúcifer etc. Os vocábulos esquerdo, canhoto e canhestro, mesmo remontando à origem que orientava os seus usos para aplicar àquele cuja motricidade está mais voltada para os membros do lado esquerdo, não raro, aparecem alusivos à má conduta, como nos exemplos: a) Acordei com o pé esquerdo; b) "meras garatujas de aprendizes canhestros da arte de escrever" Valdemar Cavalcanti, cf. Ferreira, 1999, (p.390); c) Suas atitudes sinistras afugentam os amigos.

O sentido conotativo internalizou-se no inconsciente coletivo, reforçando e referendando a prática muito comum no século passado de obrigar as crianças canhotas ao uso da mão direita, inibindo a esquerda como se tivessem de corrigir a sua natureza por tamanha imperfeição. A própria palavra direito está relacionada ao que é certo, bom, apropriado, correto, admissível. A esse mister também concorre o uso consagrado na linguagem jurídica, dos vocábulos relativos à ciência do Direito ou aos direitos dos cidadãos. Ideologicamente, as palavras direito e esquerdo estabelecem confrontos, assimetria de sentidos que servem para marcar a exclusão daqueles que representam o contrário à maioria. Exemplo claro dessa indisposição injustificável contra o canhoto é o fato de, até há bem pouco tempo, só existirem carteiras escolares para estudantes destros. E o cumprimento do aperto de mãos, no mundo inteiro, é feito com os membros superiores destros.

Para confirmar a tendência preconceituosa dos caminhos percorridos pelo étimo destro (antônimo de sinistro), destacamos a utilização da palavra destreza (cognata de destro) aplicável à habilidade, à agilidade dos movimentos, à capacidade física e mental. E quanto à habilidade com mão e braço, pé e perna esquerdos de artistas, atletas e pessoas comuns? Provavelmente teremos de dizer, incoerentemente, por exemplo, que o menino canhoto tem muita destreza jogando futebol.

O confronto de idéias que transitam nos campos semânticos de HOMEM e MULHER é bem significativo deste breve estudo. Há grande variedade de palavras e expressões que, quando carregam duplicidade de sentido, entre os verbetes relacionados a homem, prevalecem os significativos positivos, valorativos, enquanto que aos relativos a mulher, preponderam os sentidos depreciativos. A gênese dessas lexias está intimamente ancorada na presunção remotíssima de que a mulher não pode cometer deslizes, sob pena de lhe ser atribuído nome que aumente a quantidade dos designativos caracterizadores de mau caráter. Muitos exemplos mostram como as relações sociais antagônicas se deixam marcar pelas palavras: pistoleiro (homem que usa pistola), pistoleira (meretriz); aventureiro (homem corajoso que desafia o desconhecido), aventureira (mulher vadia e perigosa); governante (aquele que exerce cargo político, executivo), governanta (mulher que gerencia uma residência, doméstica-chefe); dom (forma de tratamento para nobres e dignitários da igreja católica), dona (senhora); galã (homem vistoso, modelo masculino), galo (homem de grande poder sexual), galinha (mulher vadia), apenas para citar algumas.

Na página 1377 do Novo Dicionário Aurélio séc. XXI, 2001, podemos contar catorze substantivos compostos de MULHER, tais como: mulher-dama, mulher-da-vida, mulher-da-zona, mulher-de-amor, mulher-do-mundo etc. que significam meretriz. Enquanto que para o verbete HOMEM, na página 1058, os substantivos compostos, de modo geral, traduzem boa conduta, qualidade exemplar: homem da lei (magistrado), homem-chave (indispensável), homem da rua (junto do povo), homem do mundo (vive para sociedade), homem-feito (completo, pronto).

Ainda no mesmo dicionário, outros há que apresentam características de trabalho ou atividades dignificantes: homem-grande, homem-pássaro, homem-rã, homem-hora, homem-bom, etc.

Segundo Eliane Vasconcellos Leitão, (1981):

A nossa língua mostra claramente que, para ser mulher, é necessário ser membro de uma classe sexual em oposição à classe do ser humano, e algumas assimetrias de sentidos nos mostram esse conceito. Essa desigualdade básica (homem = ser humano, mulher = objeto sexual) é óbvia na interessante mudança de significado que ocorre com uma série de palavras que, quando usadas em relação às mulheres, têm sentido sexual, quando aplicadas aos homens, não. (A mulher na língua do povo- p.28).

Para os gregos HYSTERA significa útero. Seu uso passou para a linguagem acadêmica internacional no século XIX, relacionado ao órgão reprodutor feminino. Daí histerotomia (incisão cirúrgica do útero), histeralgia (dor no útero), histerografia (radiografia do útero)... Ainda de passagem pelo latim, o termo assumiu contornos como o de sugerir o desequilíbrio emocional provocado por problemas hormonais a que a mulher estaria submetida: "HYSTERICA, - AE: mulher histérica", Faria, 1967, (p.459). "com a multiplicação de históricos de todos os sexos, o conceito foi retirado, mas o vocábulo continuou indicando a patologia", Silva, 1997, (p.141).

Agrava-se o preconceito quando considera-se que o termo é, na maioria das vezes, utilizado pejorativamente. E dessa forma, mais uma vez, a figura feminina é alvo de desqualificação.

Se muitas palavras desabonam a imagem da mulher, outras poucas, contudo, podem redimi-la. Não é mais termo comum como quando surgiu no latim: "LUPANAR, - ARIS 1) lupanar, bordel; 2) termo de injúria", Faria, 1967, (p.575). Aquele era o lugar onde viviam as prostitutas romanas. Elas eram chamadas de *lobas*: "LUPA, -AE 1) LOBA; 2) PROSTITUTA", Faria, 1967, (p.575). É bom registrar que apesar de ter nascido com o estigma do escárnio, ganhou conotação positiva, tanto que a publicidade das meias femininas LUPO se reporta ao símbolo a que o nome deve associar; ou seja, a mulher-loba, com certeza, enaltece a figura feminina, contrariando a sua acepção no passado.

A nossa pesquisa mostra que há exemplos de toda sorte que podem evidenciar as deformidades sociais registradas no idioma. É também o caso da palavra TRABALHO que, segundo Antônio Geraldo da Cunha no Dicionário da Língua Portuguesa, 1997, na página 779, significa "ocupar-se em algum mister, exercer o seu ofício. Mas o étimo é do latim vulgar *tripaliare* - "torturar", derivado de * *tripaliūm* - "instrumento de tortura composto de três paus". Assim, da ideia inicial de sofrer, passou-se à de esforçar(-se), lutar, pugnar e, por fim, trabalhar.

Como podemos ver, a palavra acomodou-se às condições atuais, mas não se livrou do seu estigma. Ainda que de forma hipotética, seu nascimento remonta ao século X a.C.. Concebido para controlar e impedir a fuga de escravos, *tripaliūm* consistia de três estacas de madeira com travas que se ajustaram ao pescoço do infeliz. O trabalho estava ligado à ideia de suplício e as referências acompanharam esse tipo de atividade na Europa e depois nas novas terras exploradas à custa de mão-de-obra escrava.

Passamos a apresentar algumas outras, com marcas indicativas de preconceitos, de acordo com Ferreira, 1999:

1. *Vilão* - [do latim vulgar *villanu*] sm. Habitante da vila ou casa de campo. Adj. 1. que vive numa vila. 2. Fig. rústica, rude, plebeu, camponês. Na Idade Média quem trabalhava a terra do senhor feudal..." (p. 2073).

Como podemos observar, de inocente e pacato habitante de vilarejo nos arredores dos castelos medievais, o vilão passa a receber designativos desabonadores da conduta social. Apesar do esforço de alguns personagens míticos como Robin Hood e Sir Lancelot que promoviam justiça saqueando cidadãos abastados das cidades para compensar a penúria dos vilões (gente das vilas), o exemplo celebrizado nas novelas de cavalaria não resistiu à tendência de conferir-se ao termo *vilão* o rótulo de assaltante, saltador, ladrão, oposto ao que, nas histórias mais recentes, consagrou-se chamar de mocinho.

2. *Marginal* - 1. Da margem ou a ela relativo, ou feito, traçado escrito, desenhado nela. 2. Ribeirinho. 3. Feito ou elaborado à margem de algum assunto. 4. Significado observado no Brasil: diz-se da pessoa que vive à margem da sociedade ou da lei: vagabundo". (p.1285).

Por mais que os autores insistam no emprego pertinente às primeiras acepções, o que já se internalizou na consciência e inconsciência coletiva é o sentido recorrente de bandido.

3. *Matuto* - [De *mato*] adj. 1. que vive no mato, na roça. 2. Próprio do mato, caipira. Bras. acanhado, tímido, desconfiado. 3. Bras. sujeito ignorante e ingênuo". (p. 1301).

Ainda que haja perspectiva de desenvolvimento social, riqueza de recursos e melhorias da qualidade de vida saudável no campo, a palavra não consegue livrar-se da pecha de gente do interior de trato rude. Esquecemos que a violência gerada pelas condições desumanas das grandes cidades pode inverter os valores definidos pela palavra *cidadão*, contraposta ao termo *matuto*.

4. *Anarquia* - [Do grego *Anarchia*] s. f. Falta de governo ou de outra autoridade capaz de manter o equilíbrio da estrutura política, social, econômica etc. 2. Confusão ou desordem gerada por essa situação. 3. Negação do princípio da autoridade" (p. 132).

Tão generalizada está a acepção da palavra designando bagunça que não nos damos chance de refletir sobre anarquismo: "teoria política fundada na convicção de que todas as formas de governo interferem injustamente na liberdade individual". (p.132). Quem tiver consciência dos valores sociais autênticos que prevêm solidariedade, cooperação entre os indivíduos e que as soluções para a sociedade igualitária dependem da espontânea atuação de cada um em benefício de todos sabe que pode dispensar a tutela de governantes, pois estes, muitas vezes, levados pela arrogância, soberba e pelo autoritarismo prejudicam o concerto social.

5. *Judiar* - [De *judéu* + *iar*, com síncope] V. T.: Depreciativo. 1. Escarnecer, mofar, zombar. 2. Fazer sofrer, atormentar. *Judição* (*Judiária*) - ato de judiar" (p. 1165).

Segundo Nascentes, 1943, *Judiar* como verbo transitivo significa "atormentar, maltratar, escarnecer, fazer judiarias (De *judéu* e *desinência*- ar)" (p.17,v.3), portanto, a equipe que elaborou o Dicionário da Academia Brasileira de Letras da Língua Portuguesa em 1943 constatou essa acepção em uso. Para Bueno, 1981, *judiar* e *judiaria* também têm sentidos equivalentes aos de nascentes. Cunha, 1997, registra o verbete *judiar* (-dear) cuja primeira ocorrência é de 1813, mas não repete o significado feito pelos outros lexicógrafos aqui citados. Para Cunha, o verbete *judiaria* é simplesmente bairro de judeus e o registro de sua ocorrência inicial data do século XVI. (p.457)

Sérgio Rodrigues escreveu no jornal do Brasil, em Língua Viva, dia 29 de Setembro de 2002, artigo intitulado "Cadeia para Dicionários!". Nele, o autor nos noticia de que um grupo de cidadãos de origem judaica, a maioria residente em Campinas (S.P.) denunciou ao Ministério Público Federal os conselhos editoriais dos dicionários Aurélio e Houaiss. O motivo foi que, segundo a representação criminal da advogada,

uma das acepções do vocábulo judeu nas obras dos lexicógrafos é insultuosa: indivíduo mau, avarento, usurário. A ação pretende não só exigir a exclusão da definição dos livros como indiciar seus responsáveis por crime.

Sabe-se que qualquer dicionário tem por método fazer a coleta de verbetes consagrados pelo uso das pessoas comuns e também pelo emprego em obras de autores consagrados, assim o registro torna-se legítimo. Nesse caso dos dicionaristas envolvidos no processo judicial, constata-se que em nada o registro desviou-se da sua função. Além disso, o critério de indicar que o uso é depreciativo bem demonstra a intenção de apresentar a variante semântica. Este fenômeno lingüístico, comum em dicionários, não é diferente das modulações quanto aos empregos de gírias, variações dialetais, regionalismos, sentidos figurados encontrados na língua do povo.

Quando alguém usa uma sentença tal qual: As crianças gostam de judiar umas das outras com apelidos, provavelmente, não leva em conta a etimologia do verbo judiar, nem utiliza este termo após ter consultado um dicionário. É do domínio popular usá-lo neste contexto. Portanto, se os autores dos dicionários forem condenados, não será garantia de que o povo deixe de empregar os vocábulos com acepções consideradas impróprias pelo poder judiciário.

Por outro lado, essa providência que pretende limpar a reputação dos judeus é positiva, porque mostra que todos os indivíduos que se sintam ofendidos com os vocábulos cujos conteúdos estejam marcados pela discriminação, desmerecimento e preconceito podem e devem lutar para que a sociedade tenha a possibilidade de reconsiderá-los em discussões amplas nas escolas, universidades, nas academias literárias, nos meios de comunicação. É importante registrar que essa providência deve buscar o consenso lingüístico pois, como ressalta JAKOBSON, 1970, "A propriedade privada, no domínio da linguagem, não existe: tudo é socializado" (p.23).

Após o registro dicionarizado do termo GENÉRICO: "adj. 1. Respeitante a gênero 2. Geral 3. Que tem o caráter de generalidade", Ferreira, 1975, (p.682), ainda na década de noventa, com a determinação do Ministério da Saúde para que os produtos farmacêuticos fossem comercializados ressaltando o nome de seu ingrediente de fórmula básica (aquele que poderia aparecer genericamente em diversos remédios), a inocente palavra GENÉRICO passou a representar todos aqueles medicamentos sem marca de fantasia. A providência representou popularização, aumento da concorrência, tendência de baixa de preços dos antigos diante da entrada dos novos remédios no mercado. Contudo, por extensão na língua preconceituosa do povo, GENÉRICO tem sido termo usual para designar tudo aquilo que seja produto ruim, sem logomarca consagrada, sem referência que possam atestar sua procedência e qualidade, sem tradição.

A própria sociedade que poderia se valer do instrumento para ter vantagem com a melhoria de oferta está indo na contramão dos seus interesses. A ingênua e genérica (sem trocadilho) aplicação do termo GENÉRICO passam a significar algo falso e, desse modo, contribui para a hegemonia dos grupos poderosos. Desde a gasolina que é vendida nos postos sem "bandeira", o refrigerante, o chocolate, a bala, o biscoito, a roupa oferecida pelos camelôs, até o preservativo sexual cujas marcas de fantasia são pouco conhecidas já se tornaram alvo da pilhéria do povo que resolveu batizá-los de GENÉRICOS, numa óbvia alusão a sua condição de segunda categoria.

Se continuar nessa marcha, em pouco tempo, a palavra sofrerá desvio de sua acepção original e tenderá a representar tam-

bém algo a que não se pode garantir confiança. A nossa hipótese é aventada porque a dinâmica das línguas vivas tem nos mostrando assim. Certos músicos que produzem trabalhos semelhantes aos dos inspiradores artistas consagrados pelo público são citados como genéricos. É o que se constata através do artigo de Sérgio Martins, publicado pela revista Veja de 15 de janeiro de 2003: "...o carioca Jorge Versilo é uma espécie de genérico de Djavan"... "Artistas genéricos têm cachê até 50% mais baixo do que o de seus modelos e gravam discos com produção mais barata. Nas lojas, porém, acabam vendendo mais" (p.94).

Conclusão

Não podemos descartar algumas surpresas que atenuem o sentido pejorativo de certas palavras. Há até mesmo a possibilidade de cair em desuso e nada acontecer conforme pressupomos no momento, apesar de muitas inferências conduzidas pela observação de casos típicos como a que aludimos aqui. Como estudiosos dos movimentos sociais que a língua ajuda a promover e evidenciar, permitimo-nos considerar, conclusivamente, que as palavras são elementos de elucidação, para isso evocam sentidos que dão clareza ao discurso. Entretanto, muitas delas, submetidas às variações e sutilezas do homem, guardam mistérios e complexidades como seixos rolados à mercê da correnteza de um rio. Oxalá nossa modesta contribuição suscite mais estudos sobre o assunto. Assim, outros casos além dos que apresentamos neste ensaio podem também ser revistos como objeto de atenção de toda a comunidade a fim de observá-los e adequar os seus empregos aos reais motivos e pretensões do emissor do discurso que deve respeito ao receptor. Deste jeito, minimizaremos a frequência dos famosos mal-entendidos, dos atos falhos pelo uso de palavras carregadas de preconceitos que, às vezes, sem segundas intenções escapam numa emissão pouco cuidada.

Referências Bibliográficas

- BUENO, Francisco da Silveira. *Dicionário escolar da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Fename, 1981.
- CUNHA, Antônio Geraldo da. *Dicionário etimológico nova fronteira da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.
- DUBOÍ, Jean, GIACOMO, Mathée GUESPIN, Loués, MARCELLES1, Christiane e Jean- Baptiste, MEVEL, Jean-pierre. *Dicionário de Lingüística*. São Paulo: Cultrix, 2001.
- FARIA, Ernesto. *Dicionário escolar latino-português*. Rio de Janeiro, MEC, 1967.
- Ferreira, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo dicionário Aurélio século XXI*. Rio de Janeiro: Nova Fronteiras, 2001.
- _____. *Novo dicionário Aurélio*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1975.
- JAKOBSON, Roman. *Lingüística e comunicação*. São Paulo: Cultrix, 1970.
- LEITÃO, Elaine Vasconcellos, *A mulher na língua do povo*. Rio de Janeiro: Achiamé, 1981.
- MARTINS, Sérgio. *Genéricos Musicais*. Revista Veja, p. 94, 15/01/03.
- NASCENTES, Antenor. *Dicionário da língua portuguesa*. Academia Brasileira de Letras. Rio de Janeiro, 1943.
- SILVA, Deonísio da. *De onde vêm as palavras: frases e curiosidades da língua portuguesa*. São Paulo: Mandarin, 1997.

Artigo enviado em 18/03/2003, aceito em 12/06/2003.